

Moreira Lima pede provas de que coronel falsificou

BRASÍLIA — O ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, pediu ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que apure a denúncia do jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio, de que o coronel Pedro Josino Cordeiro, assessor parlamentar do ministério, teria falsificado o projeto que concede anistia aos militares cassados por atos administrativos, no gabinete do senador José Agripino (PFL-RN), na última quarta-feira à noite. Em ofício encaminhado à Mesa da Constituinte, o ministro pede que seja instaurado "procedimento administrativo competente".

Depois de ler o documento no plenário da Constituinte, o presidente em exercício, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), comunicou que a Mesa designará um relator para investigar a denúncia. A notícia, divulgada na última sexta-feira, é de que "o assessor parlamentar do ministro da Aeronáutica, coronel Pedro Josino Cordeiro, foi flagrado, quarta-feira à noite, por volta das 20 horas, no gabinete do senador José

Agripino, modificando o teor da emenda da anistia que já havia sido aprovada pelos grupos de consenso e dos 32, liderado pelo senador José Richa".

A denúncia foi feita pelo capitão de corveta da reserva Miguel Camolez, que interpelou o coronel quando este suprimia da emenda o benefício da anistia para os punidos por atos administrativos, e como resposta obteve a explicação de que ele estava "cumprindo ordens". Segundo o denunciante, o coronel estava acompanhado de quatro militares.

O ofício do ministro da Aeronáutica à Constituinte diz "que a natureza da acusação se reveste de profunda gravidade, pois não apenas imputa ao oficial um ato delituoso, como induz à crença de uma ingerência indevida deste ministério nos trabalhos soberanos da Assembléia Nacional Constituinte". O ministro diz ainda que o pedido para que os fatos sejam apurados partiu do próprio assessor parlamentar.

Bispo teme por valores éticos

PORTO ALEGRE — O bispo de Santa Maria, dom Ivo Lorscheiter, ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao comentar os rumos da Constituinte, disse que, "em nome da democracia, do pluralismo e da legítima autonomia do mundo temporal, estão ameaçados valores éticos cuja perda seria catastrófica, não tanto para as Igrejas cristãs, mas sim para a sociedade brasileira".



Dom Ivo

Ele repudiou as teses constitucionais segundo as quais "a família deve ser uma entidade meramente civil; nas escolas estatais não deve haver ensino religioso; o aborto deve ser permitido; e as Igrejas não devem manifestar-se sobre assuntos de ordem econômica e social".

Depois de afirmar que o clero não defende a implantação de um "estado confessional", dom Ivo observou: "Não pleiteamos nenhum privilégio para nossa Igreja, mas queremos ter o direito de, em nome da legítima democracia, proclamar e defender a ordem moral e apresentar a doutrina religiosa de acordo com a crença dos cidadãos."

O bispo também comentou artigo publicado

no jornal católico alemão *Cristão da hora presente*, sobre a Igreja no Brasil, que enfatiza que, depois de 20 anos de regime militar, "crescentes forças laicistas começam agora a demonstrar pretensões de liderança".

Lucena quer mudar recesso

Ao ocupar a tribuna durante 20 minutos para apresentar suas sugestões para o novo texto constitucional, o presidente do Senado, Humberto Lucena, propôs a mudança das datas do recesso do Congresso Nacional. Ele apresentou como justificativa o clima seco de Brasília, cuja umidade relativa do ar chega, em agosto e setembro, a níveis tão baixos quanto os do deserto de Saara.

Lucena quer que o Congresso, em vez de interromper seus trabalhos em julho, dezembro, janeiro e fevereiro, como ocorre atualmente, divida o recesso em dois períodos iguais: um nos dois primeiros meses do ano e o outro em agosto e setembro. "Assim escarpamos dos meses em que o clima de Brasília é pior", disse.